



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



ATA

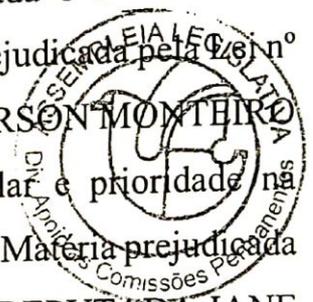


ATA DA 15ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2024.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e quatro, no miniplenário plenário, Judivan Cabral, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado João Gonçalves (vice-presidente da Comissão e presidente em exercício), realizou-se a 15ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à Sessão, além do presidente, os seguintes membros titulares: os deputados Eduardo Carneiro e Chico Mendes e as deputadas Camila Toscano e Sílvia Benjamin. Ausentes os deputados del Wallber Virgolino e Felipe Leitão. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o senhor presidente declarou aberta a presente reunião e convidou a deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para que fosse lido o ato de convocação da reunião, publicado oficialmente no dia 14 de agosto de 2024, lida a ata da 14ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 4 de junho de 2024, e lida a ata da sessão extraordinária do dia 12 de junho de 2024. Ato contínuo, o presidente colocou as duas atas em discussão e votação, ocasião em que ambas foram aprovadas sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais

procedimentos, a deputada secretária, ainda com a palavra, procedeu à leitura dos itens em pauta, ocasião em que os membros da Comissão apreciaram as seguintes matérias: item A – MATÉRIAS PREJUDICADAS EM CONFORMIDADE COM O ART. 163, DA RESOLUÇÃO 1.578/2012 (REGIMENTO INTERNO). Na ocasião, para fins de registro em ata, a secretária procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº. 1835/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Institui a Política Estadual de Valorização da Mulher do Campo. Matéria prejudicada pela Lei Ordinária nº 12342/2022. PLO nº. 1839/2024 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Estabelece o direito a atendimento prioritário às pessoas com fibromialgia no âmbito do Estado da Paraíba e das providências. Matéria prejudicada pela Lei Ordinária nº 11.530/2019. PLO nº.1845/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES Dispõe sobre a gratuidade no transporte público para acompanhantes das pessoas com deficiência, no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei Ordinária nº 1756/2024. PLO nº. 1852/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei Ordinária nº 10.720/2016. PLO nº.1862/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença da Polícia Militar nas escolas da rede pública estadual, no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 274/2023. PLO nº.1863/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre a implementação de sistema de controle de identificação digital nas escolas da rede pública estadual, no âmbito do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 273/2023. PLO nº.1864/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre impedimentos aplicados aos ocupantes e invasores de propriedades no âmbito do estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 227/2023. PLO nº.1882/2024 - DO DEPUTADO BRANCO MENDES - Institui e inclui no calendário oficial de eventos do estado da Paraíba, a “semana de

conscientização contra o aborto”, e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 6.815/1999. PLO nº.1901/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições privadas destinadas à permanência de idosos no estado da Paraíba a instalar sistema de monitoramento por câmeras de vídeo em suas dependências internas e áreas comuns, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 295/2019. PLO nº.1911/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre a garantia do direito das crianças com seletividade alimentar, incluindo as crianças atípicas, a uma alimentação adequada e inclusiva nas escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pela Lei nº 13.160/2024. PLO nº.1917/2024 - DO DEPUTADO ANDERSON MONTEIRO - Assegura ao aluno deficiente prioridade em vaga escolar e prioridade na matrícula em escola estadual mais próxima de sua residência. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1249/2019. PLO nº.1966/2024 - DA DEPUTADA JANE PANTA - Institui o Estatuto da Pessoa com Diabetes no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1689/2024. PLO nº. 1968/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO BRITO - Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista – TEA. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 3319/2021. 1973/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate Contra o Trabalho Análogo à Escravidão e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 946/2023. PLO nº.1997/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o direito da mulher à realização gratuita do exame genético que detecta a trombofilia, e ao respectivo tratamento, na Rede de Saúde Pública do Estado da Paraíba, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 54/2023. PLO nº. 2001/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o treinamento obrigatório para profissionais da educação sobre epilepsia, e dá outras providências. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 2041/2020. PLO



nº. 2014/2024 – DO DEPUTADO GILBERTINHO - Assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento dos serviços de telefone, energia elétrica, gás, IPTU e água/esgoto em braile. Matéria prejudicada pela Lei nº 9.420/2011. PLO nº.2080/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Estabelece a obrigatoriedade de fornecimento de cursos sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e acessibilidade física, sensorial e TEA para síndicos, em condomínios residenciais e comerciais no Estado da Paraíba. Matéria Prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.020/23. PLO nº. 2206/2024 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, o “Dia Estadual da Educação Legislativa”, e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1569/2024. PLO nº. 2213/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui o Dia Estadual de incentivo s Energias Limpas e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.791/2024. PLO nº. 2447/2024 – DO DEPUTADO CAIO ROBERTO - Institui o “Dia Estadual da “empresa inclusiva” para as empresas no estado da Paraíba que adotarem práticas de inclusão de pessoas com deficiência. Matéria prejudicada pela lei 13.716/2024. PLO nº. 2508/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui o mês de agosto como o “Mês da Primeira infância”. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 1.551/2023. item - A.1 MATÉRIAS SUJEITAS A DESPACHO DO PRESIDENTE DA CCJR: Na ocasião, da mesma forma que o item precedente, para fins de registro em ata, a secretária procedeu à leitura das seguintes matérias: PLO nº. 1831/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO BRITO - Implantação do hospital especializado na Saúde da Mulher no município de Mamanguape. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. PLO nº. 1916/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Estabelece o Programa Conecta PB, delinea seus objetivos e princípios orientadores, e providencia outras medidas correlatas. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão

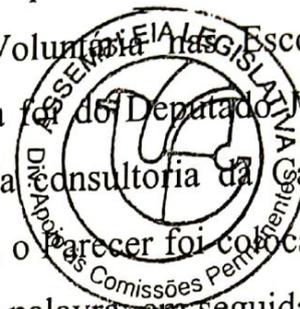


colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. PLO nº. 2057/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do programa de transferência digital automática de veículos na Paraíba e dá outras providências. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. Item B – **MATÉRIAS QUE DISPENSAM DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:** Na ocasião, as matérias foram apreciadas em bloco, após acordo entre os membros, e a deputada Camila Toscano foi designada relatora de todas elas, a qual, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu voto pela constitucionalidade e juridicidade das matérias. O parecer, que contemplou todas as matérias do item, foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Matérias apreciadas: PLO nº. 796/2023 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Reconhece de Utilidade Pública a "a associação de combate ao câncer vida e esperança (AVESP)" e adota outras providências; PLO nº.1457/2023 - DO DEPUTADO SARGENTO NETO - Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Saúde Maria das Neves Pereira da Silva – MAMPS, com sede em Campina Grande-PB; PLO nº.1561/2023 - DO DEPUTADO JOÃO PAULO SEGUNDO - Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária de desenvolvimento Sustentável do Zé de Moura e Adjacências, localizado no município de Santa Cecília, neste Estado da Paraíba; PLO nº.1843/2024 - DO DEPUTADO JUTAY MENESES - Reconhece como de Utilidade Pública Estadual a Colônia de Pescadores z-30 – José Merêncio Sobrinho no município de Cabaceiras/PB; PLO nº.1947/2024 - DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA - Reconhece a “L J MAÇÔNICA RAIMILSON FELINTO Nº 08 como instituição de Utilidade Pública Estadual; PLO nº.1960/2024 - DO DEPUTADO JUSCELINO DO PEIXE - Reconhece a Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-55 “Geraldo ale”, do Município de Emas- PB, como instituição de utilidade pública; PLO nº. 1987/2024 - DA

DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Declara de Utilidade Pública o Projeto de Inclusão Popular - PIP, e dá outras providências; PLO nº. 2093/2024 – DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO - Reconhece a Associação Comunitária pelo Desenvolvimento Sustentável do Cidade Verde - ACDSCV, como instituição de utilidade pública; PLO nº. 2113/2024 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Reconhece de Utilidade Pública a “Fundação Sociocultural Antônio Dantas Diniz – FU D” e adota outras providências; PLO nº. 2200/2024 – DO DEPUTADO PROFESSOR FRANCISCO - Declara de Utilidade Pública a entidade ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL CLUBE PETLOVE - ADPAC com sede no município de Campina Grande; PLO nº. 2384/2024 – DO DEPUTADO CHIÓ - Declara de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim, localizada no município de Areia; PLO nº. 2400/2024 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Reconhece de Utilidade Pública da Associação Paraibana dos Produtores de Mel da Baía da Traição – PB-PARAÍBA MEL; PLO nº. 2466/2024 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Reconhece de Utilidade Pública da Associação Comunitária do Sítio Ligeiro de Baixo - ACLB, no município de Serra Branca; PLO nº. 2467/2024 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Reconhece de Utilidade Pública da Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Lagoinha – ASCOMILA – Comunidade Quilombola, no município de Serra Branca. Relator; PLO nº. 2542/2024 - DO DEPUTADO WILSON FILHO - Reconhece de Utilidade Pública Estadual a associação de apoio e assistência às pessoas em estado de vulnerabilidade; PLO nº. 2372/2024 - DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Reconhece de Utilidade Pública a “ ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB” e adota outras providências; PLO nº. 2736/2024 – DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Declara de utilidade pública estadual a Associação Voluntários de Cristo; PLO nº. 2737/2024 - DEPUTADO TANILSON SOARES - Reconhece de Utilidade Pública a “ Associação dos Moradores do Conjunto na mélia ilar Cantalice – ACAAVC e



adota outras providências. Item C – VETOS. Veto nº 67/2023 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total Ao Projeto de Lei Nº 737/2023, por Inconstitucionalidade, de autoria do Dep. Wilson Filho que "Dispõe Sobre A Implantação do Projeto de Orientação Psicológica Voluntária nas Escolas Públicas do Estado da Paraíba". A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação, o qual foi aprovado por maioria, com voto divergente da deputada Camila Toscano. Veto nº 85/2023 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total ao Projeto de Lei nº 761/2023, de autoria do Deputado George Moraes, que "Instituí a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de Pequeno Porte no Estado da Paraíba e de outras providências". Na ocasião, foi concedido pedido de vista ao deputado João Gonçalves. Item D – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº: 28/2024 - DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA - Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 97, de 22 de dezembro de 2010. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item E - PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nºs: PLO nº. 2706/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, que estabeleceu a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual, para remanejar estruturas funcionais da Secretaria de Estado da Educação para Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES) e Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado João



Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 2759/2024 - DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera as Leis nº 5.123, de 27 de janeiro de 1989, 10.094, de 27 de setembro de 2015 e 11.004 de 06 de novembro de 2017, e dá outras providências. Foi concedido pedido de vista à deputada Camila Toscano; PLO nº. 2739/2024 - DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA - Altera o quadro dos cargos efetivos da carreira do Ministério Público da Paraíba, previsto na Lei nº 11.189/2018. A relatoria da matéria foi do deputado Chico Mendes, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade.

Item E.1 – PROJETOS DE LEI QUE CONCEDEM TÍTULO DE CIDADANIA PARAIBANA: Na ocasião, as matérias foram apreciadas em bloco, após acordo entre os membros, e a deputada Sílvia Benjamin foi designada relatora de todas elas, a qual, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu voto pela constitucionalidade e juridicidade das matérias. O parecer, que contemplou todas as matérias do item, foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Matérias apreciadas: PLO nº. 1913/2024 – DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Paulo Gustavo Araújo Lima de Moura (Pauluca Moura), pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba; PLO nº. 1941/2024 - – DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Concede o Título de Cidadã Paraibana a Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro, e dá outras providências. Relator: Dep. Camila Toscano Posição da Consultoria: Parecer pela Constitucionalidade e Juridicidade da matéria; PLO nº. 2039/2024 – DO DEPUTADO GEORGE MORAIS - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Manoel Cardoso Linhares,

Presidente Nacional da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH; PLO nº 2298/2024 – DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Dr. André Pacelli Bezerra Viana; PLO nº. 2373/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao empresário José Maranhão de Figueiredo, e dá outras providências; PLO nº. 2381/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES - Concede o Título de Cidadã Paraibana à Doutora Ravenna Fernandes Furtado, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba; PLO nº. 2409/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Dr. Rodrigo Menezes Dantas, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba; PLO nº. 2445/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Ilustre Médico Gastrocirurgião, Dr. Cássio Virgílio Cavalcante de Oliveira, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paraibana; PLO nº. 2462/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES - Concede o Título de Cidadã paraibana à excelentíssima senhora Doutora Silvana Carvalho Soares, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba; PLO nº. 2494/2024 - DO DEPUTADO WILSON FILHO - Concede Título de Cidadão paraibano a Leonardo Bichara Rocha; PLO nº. 2609/2024 – DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Dorgival Dantas de Paiva; PLO nº. 2655/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Concede o Título de Cidadão paraibano ao Professor Marcelo de Souza Bispo, pelos relevantes serviços prestado ao Estado da Paraíba; PLO nº. 2677/2024 – DO DEPUTADO BRANCO MENDES - Concede Título de Cidadão Paraibano ao Doutor Rogério Portugal Bacellar e dá outras providências; PLO nº. 2710/2024 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Senhor Rodrigo Vieira Emerenciano, o Mução; PLO nº 2750/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Reconhece de Utilidade Pública o Centro de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – CETCPB; PLO nº 2765/2024 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Declara a

Utilidade Pública Estadual do IBRADES – instituto Brasileiro de Assistência e Desenvolvimento Social, denominado Instituto Amor e Cuidar no Estado da Paraíba. E.2 – PROJETOS DE LEI QUE INSTITUEM DIA ESTADUAL:

Na ocasião, as matérias foram apreciadas em bloco, após acordo entre os membros, e a deputada Sílvia Benjamin foi designada relatora de todas elas, a qual, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu voto pela constitucionalidade e juridicidade das matérias. Em relação ao PLO nº. 2644/2024, o voto foi pela constitucionalidade e juridicidade com emenda de redação. Em discussão os pareceres, estes foram aprovados por unanimidade e sem discussão. Matérias apreciadas: PLO nº. 1989/2024 DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - institui o Dia Estadual de combate aos crimes contra a Mulher na internet e dá outras providências; PLO nº. 2472/2024 – DO DEPUTADO INÁCIO FALCÃO - Institui o dia estadual do adolescente, a ser comemorado no dia 21 de setembro; PLO nº. 2508/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui o mês de agosto como o “Mês da Primeira infância”; PLO nº. 2568/2024 – DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Institui o Dia Estadual dos Heróis da Polícia Civil; PLO nº. 2579/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Institui o Dia Estadual da amamentação no Estado da Paraíba; PLO nº. 2580/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Institui o Dia Estadual do Trabalhador Terceirizado no âmbito do Estado da Paraíba; PLO nº. 2594/2024 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - institui o “Dia Estadual da Conscientização sobre os Animais em Extinção”; PLO nº. 2644/2024 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Institui o dia estadual da dignidade menstrual, incluindo-o no calendário oficial de eventos do Estado da Paraíba, e dá outras providências; PLO nº. 2700/2024 – DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Institui o Dia Estadual de combate ao antissemitismo e ao fascismo, no âmbito do Estado da Paraíba; PLO nº. 2726/2024 – DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, o “Dia das Pessoas Centenárias”, a ser celebrado anualmente, no dia 01 de outubro,



e dá outras providências; PLO nº. 2728/2024 – DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui o "Dia Estadual do Medalhista Olímpico", e dá outras providências. E.3 – PROJETOS DE LEI QUE INCLUEM EVENTOS NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO: Na ocasião, as matérias foram apreciadas em bloco, após acordo entre os membros, e a deputada Sílvia Benjamin foi designada relatora de todas elas, a qual, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu voto pela constitucionalidade e juridicidade das matérias. O parecer, que contemplou todas as matérias do item, foi aprovado por unanimidade e sem discussão. Matérias apreciadas: PLO nº.1853/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Inclui no Calendário turístico do Estado o espetáculo teatral “Paixão de Cristo”, realizado no Forte de Santa Catarina, no Município de Cabedelo. PLO nº. 2033/2024 – DA DEPUTADA JANE PANTA - Institui no calendário Oficial do Estado da Paraíba a semana de enfrentamento à pedofilia, à violência, ao abuso e à exploração sexual infanto-juvenil. PLO nº. 2074/2024 – DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba, “ ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE SÃO BENTO ”, comemorado anualmente no dia de abril. PLO nº. 2098/2024 – DO DEPUTADO DR ROMUALDO - Fica incluído no calendário turístico e cultural do estado da Paraíba o Festival de Inverno realizado no município do Congo- PB. PLO nº. 2181/2024 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba a campanha Rompa o Ciclo da Violência, a ser realizada na primeira semana de março, e adota outras providências. PLO nº. 2253/2024 – DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Inclui no Calendário oficial de Eventos turísticos do Estado da Paraíba a “ AREIA MOSTRA CACHAÇA”, evento realizado anualmente no município de Areia – PB. PLO nº. 2330/2024 - DO DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA - Fica incluída no calendário oficial de eventos do estado da Paraíba, a cavalgada São José realizada anualmente no mês de Março no município de Camalaú PB e dá outras providências. E.4 –



PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA Nºs: PLO nº 1325/2023 – DO DEPUTADO GALEGO DE SOUSA - Reconhece “ BONECA ESPERANÇA” DA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DO SÍTIO RIACHO FUNDO NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA, como Patrimônio Cultural Material do Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi do deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; PLO nº. 1820/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre a realização de exames na rede pública de saúde para os aprovados em concursos públicos, no âmbito do Estado da Paraíba. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1821/2024 - DO DEPUTADO WALLBER VIRGOLINO - Dispõe sobre a normatização de escala de serviço de integrantes das forças de segurança pública que sejam responsáveis por pessoas com deficiência que requeiram atenção permanente e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº 1829/2024 - DO DEPUTADO LINDOLFO PIRES - Dispõe sobre a criação do “Primeira Oportunidade”, que promove fundamentos de finanças e empreendedorismo no âmbito das Escolas do Ensino Médio Estaduais vinculadas à Secretaria da Educação. A relatoria da matéria foi do deputado Eduardo

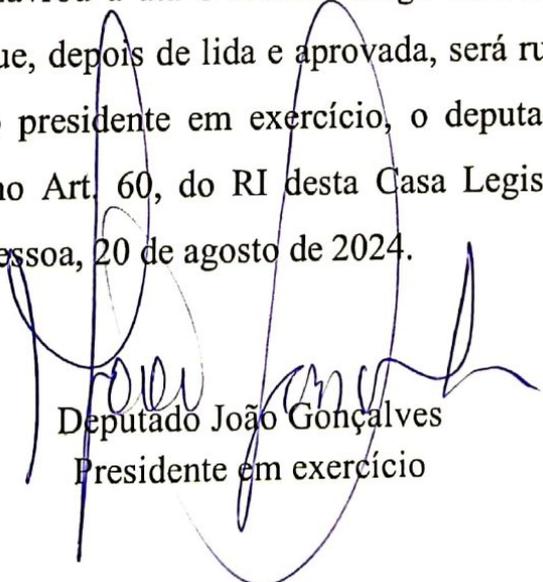


Carneiro, que, divergindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi rejeitado por maioria dos votos. Votaram contrário ao parecer o deputado João Gonçalves e as deputadas Camila Toscano e Sílvia Benjamin. PLO nº 1844/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES Cria o Cadastro Estadual de Mães Apátricas (CEMA), para reunir os dados necessários à concessão de benefícios e direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, na forma que menciona. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda de redação. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1846/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui o Selo Estadual do Alimento Saudável para os restaurantes, bares, hotéis e similares, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda supressiva. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº. 1847/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Dispõe sobre o Programa de Promoção da Saúde Preventiva no âmbito Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com apresentação de emenda. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o



parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n°. 1851/2024 - DO DEPUTADO JOÃO GONÇALVES - Institui a Campanha de Conscientização e Luta Contra a Asma, a ser realizada anualmente durante o mês de maio. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com emenda. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n°. 1948/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que institui no âmbito do Estado da Paraíba, a campanha de conscientização sobre a preservação do patrimônio escolar, denominada "minha escola preservada". A relatoria da matéria foi da deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n°. 1949/2024 - DA DEPUTADA SILVIA BENJAMIN - Projeto de Lei que declara a "festa da padroeira da Diocese de Campina Grande - Nossa Senhora da Conceição" como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Paraíba e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO n° 2173/2024 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, que,

segundo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; PLO nº 2174/2024 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Dispõe sobre a Política Estadual de ampliação da Rede de Bancos ou Centros de Coleta de Sangue, de Leite Materno e Postos de Registros de Doadores de Órgãos e Medula Óssea, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. A relatoria da matéria foi da deputada Sílvia Benjamin, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Fim das matérias e das apreciações. Não havendo mais nada a ser deliberado, o presidente deu por encerrada a reunião. Lavrou a ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente em exercício, o deputado João Gonçalves, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Miniplenário Judivan Cabral, João Pessoa, 20 de agosto de 2024.


Deputado João Gonçalves
Presidente em exercício

